CARTILHA DE ACESSIBILIDADE CULTURAL









40+ FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS

Prefeitura Municipal de Salvador
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Fundação Gregório de Mattos

Prefeito
Bruno Soares Reis

Vice-Prefeita
Ana Paula Matos

Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Alexandre Reis

Presidente da FGM
Fernando Ferreira de Carvalho (Fernando Guerreiro)

Gabinete
Silvia Maria Russo de Oliveira
Carla Aparecida Lucena Soares
Kaiale Santos Araujo
Sara Rocha Almeida

Assessoria Estratégica de Gestão
Talita de Oliveira Costa Silva
Igor de Carvalho Barbosa

Assessoria Jurídica
Victor Santos Bispo

Gerência Administrativa-Financeira
Gildete Nascimento Ferreira
Noedson Conceição Santos
Ivã de Araújo Oliveira

Diretoria de Artes e Fomento
George Vladimir Nascimento Sales
Claudijane Pereira Palma
Josiane Oliveira Guimarães Costa
Júlio César Paixão Marques
Talis Cicero Castro Miranda Menezes

Diretoria de Patrimônio e Equipamentos Culturais
Vagner José Rocha Santos
Manuela Sena Dias
Roberta Ventura Dias de Freitas Santucci
Lincoln Mateus Genonadio de Oliveira

Núcleo de Tecnologia da Informação
Clidério Evangelista Bastos

Concepção e Organização
ADarte Acessibilidade Cultural
Talita de Oliveira Costa Silva

Coordenação do Projeto
Talita de Oliveira Costa Silva

Produção e Revisão de Textos
ADarte Acessibilidade Cultural:
Adriana Urpia
Dêivide Monteiro
Ednilson Sacramento
Jurema Cruz Alves
Sandra Rosa Farias

Supervisão Gráfica
Carla Aparecida Lucena Soares

Projeto Gráfico e Editoração
Noemi Santos Miranda

Estagiários
Gabriel Nascimento Casaes
Hanna Simões Moreira

Salvador, Novembro de 2026

APRESENTAÇÃO

A Cartilha de Acessibilidade Cultural da Fundação Gregório de Mattos é um instrumento de suporte ao planejamento de projetos culturais que contemplem o público formado por pessoas com deficiência (PcD), em espaços de criação, pesquisa e fruição cultural. A democratização do acesso às informações sobre acessibilidade proporciona a construção de caminhos anticapacitistas na área cultural.

A deficiência deve ser entendida como uma marca da diversidade, e toda a sociedade precisa participar ativamente do combate ao capacitismo. As mudanças estruturais e atitudinais nos ambientes artísticos e culturais são fundamentais para que o público PcD tenha a oportunidade de ser e estar com liberdade.

Há pessoas com deficiência que nunca foram a um teatro ou a um show em razão da fadiga de acesso, que é o esgotamento físico e mental causado pela necessidade constante e repetitiva de buscar informações, com antecedência, sobre as condições de acessibilidade dos lugares que desejam visitar.

Salvador, a Cidade da Música, a cidade-fortaleza, a cidade de inúmeras festas populares, também precisa ser a cidade que abraça as pessoas com deficiência. Em cada ação cultural, é essencial contemplar narrativas que tenham as pessoas com deficiência como protagonistas. A acessibilidade promove a inclusão, e esta Cartilha orienta os proponentes de projetos culturais nesse sentido.

Leila Rocha
Conselheira do CMPC (Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador)

SUMÁRIO

01 Contextualização histórica e legislação

1.1 Quem são as pessoas com deficiência

1.2 Quem são as pessoas com mobilidade reduzida

02 Acessibilidade

2.1 O que é Acessibilidade?

2.2 O que são Barreiras?

2.3 As 8 dimensões da acessibilidade e seus respectivos recursos

2.4 O que é acessibilidade cultural?

2.5 Recursos de acessibilidade cultural

03 Cultura DEF

04 Planejamento da Acessibilidade em Projetos e Eventos Culturais

4.1 Como elaborar um plano de acessibilidade

4.2 Orçamento

SUMÁRIO

05 **Como inserir recursos de acessibilidade nas diversas linguagens artísticas**

- 5.1 Artes cênicas (teatro, performance, dança, circo)
- 5.2 Música
- 5.3 Audiovisual
- 5.4 Artes visuais
- 5.5 Literatura

06 **Formação e Sensibilização das Equipes**

07 **Mediação Cultural e Formação de Público**

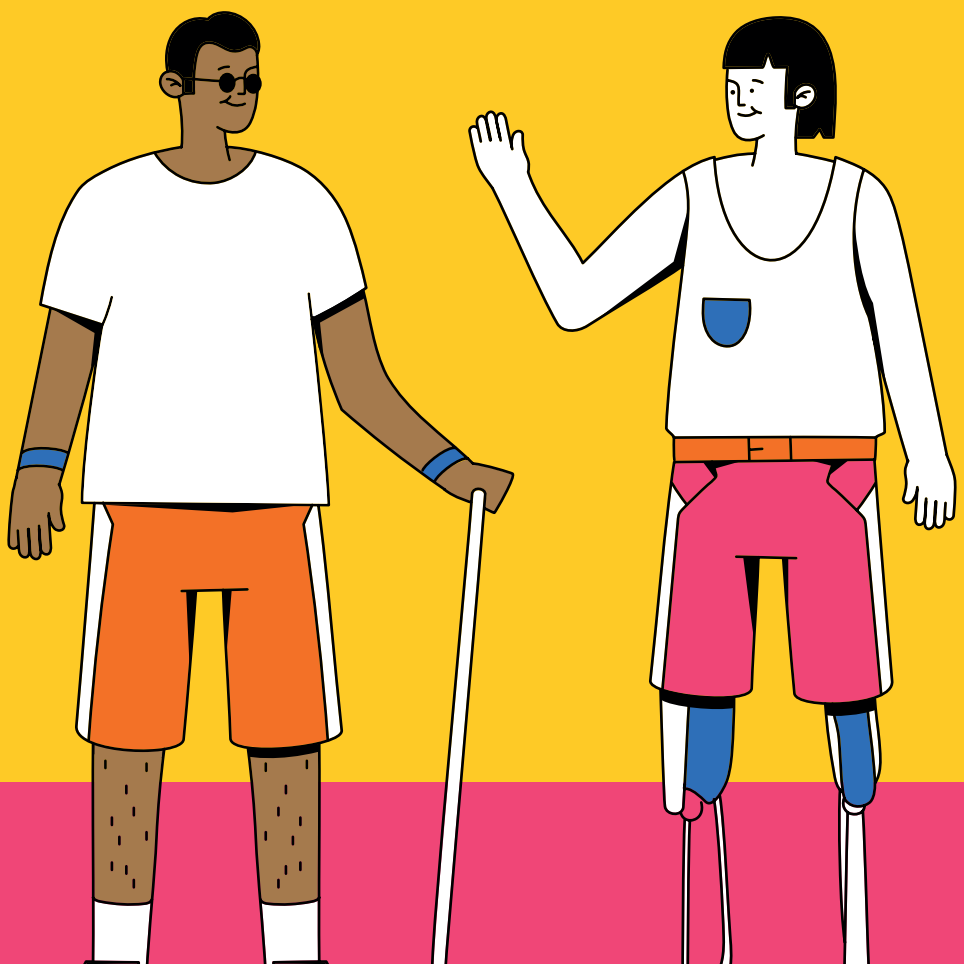
08 **Comunicação Acessível e Divulgação**

09 **Símbolos de Acessibilidade**

- 9.1 Relação de símbolos e ícones da acessibilidade cultural

Parte I

CONCEITOS



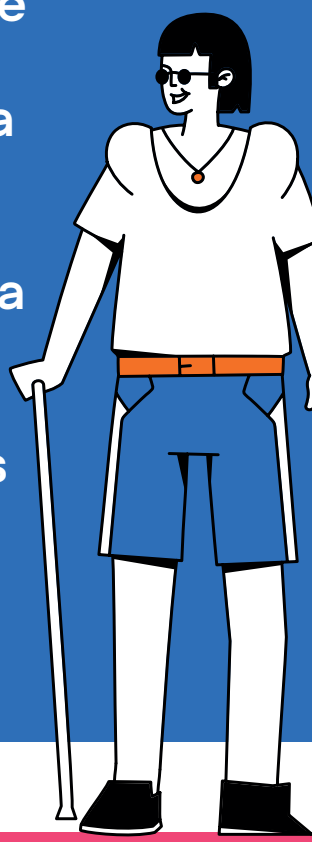
01 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E LEGISLAÇÃO

A conquista dos direitos das pessoas com deficiência é um marco integrante do campo dos Direitos Humanos, tendo a acessibilidade como um dos seus principais pressupostos.

A acessibilidade cultural é uma das dimensões mais relevantes para a garantia e promoção da igualdade de condições no campo simbólico e das relações sociais.

1.1 QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pessoa com deficiência, segundo a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei no. 13.146, de 06/07/25), é definida como "[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015). Esse conceito atual não classifica as pessoas pela deficiência; entretanto, para termos uma noção das especificidades, trazemos essa classificação por tipo de deficiência, conforme segue:





DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ

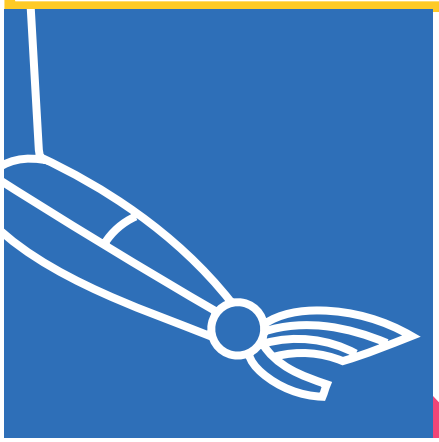
Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2011), a deficiência auditiva refere-se à perda de audição em um ou em ambos os ouvidos. Existem diferentes graus de deficiência auditiva, classificados quanto ao seu comprometimento: leve, moderado, severo ou profundo. A surdez refere-se à perda total da capacidade de ouvir a partir de um ou dos dois ouvidos.





DEFICIÊNCIA FÍSICA

Este tipo de deficiência refere-se a uma alteração total ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, podendo comprometer a função física. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação, encurtamento ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, com exceção das deformidades estéticas e as que não acarretam dificuldades para o desempenho de atividades diárias.



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A deficiência intelectual segundo o Manual MSD (2025) é caracterizada por uma função intelectual significativamente abaixo da média (frequentemente expresso como um quociente de inteligência < 70 até 75), combinada com limitações no funcionamento adaptativo (isto é, comunicação, orientação, habilidades sociais, autoproteção, uso de recursos comunitários e manutenção da segurança pessoal), junto com demonstração de necessidade de apoio.





SÍNDROME DE DOWN

Síndrome caracterizada pela combinação de sinais e sintomas que determina um atraso no desenvolvimento das funções motoras e mentais, ocasionada pela alteração genética produzida pela presença de um cromossomo a mais, o par 21. Esse nome faz referência ao médico inglês John Langdon Down, pesquisador que realizou os primeiros estudos sobre essa alteração genética.



AUTISMO

Segundo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA (LEI BERENICE PIANA Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012), é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela que possui as seguintes características:

I - deficiência persistente na comunicação e interação social, manifestada por comprometimento da comunicação verbal e/ou não verbal;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, podendo se manifestar através estereotipias motoras e/ou verbais, ou, por padrões sensoriais incomuns (hiperreatividade, hiporreatividade e busca sensorial); apego a rotinas e rituais.



O ponto mais importante dessa descrição legal está no § 2º do Artigo 1º: a norma determina expressamente que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Isso assegura que o indivíduo tenha ampla proteção jurídica sem a necessidade de uma tipificação separada.

Em 2012, ano em que a Lei Berenice Piana foi instituída, ainda era usado o termo "portadora ou portador de", referindo-se a alguém com deficiência. Com o avanço dos debates e a consolidação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o termo caiu em desuso, visto que uma pessoa não "porta" uma deficiência como se fosse um objeto removível. Passou-se a adotar, então, a nomenclatura humanizada "pessoa com deficiência", **"pessoa com TEA"** ou simplesmente **"Autista"**.

NOTA - Autistas são neurodivergentes. Neurodivergente é um termo usado para descrever uma pessoa cujo cérebro funciona de um jeito diferente do padrão que a sociedade espera. Os principais exemplos incluem o Autismo, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a Síndrome de Down e a Dislexia.

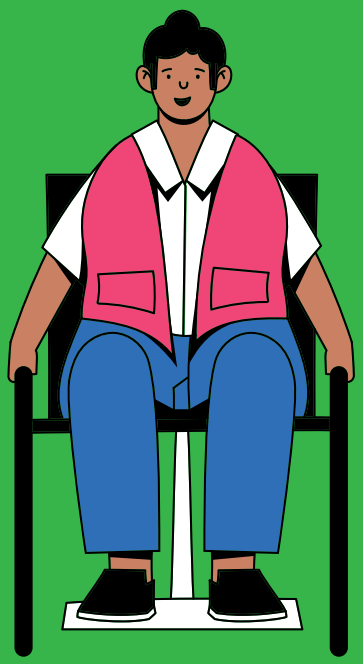
Neurotípico é quem tem o cérebro que segue o funcionamento considerado padrão pela sociedade.

SURDOCEGUEIRA

A surdocegueira é uma deficiência única, que contempla duas perdas sensoriais simultâneas, a auditiva e a visual. A pessoa não precisa apresentar a perda total dos sentidos (audição e visão). A perda parcial de ambos já a classifica como surdocega.

1.2. QUEM SÃO AS PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

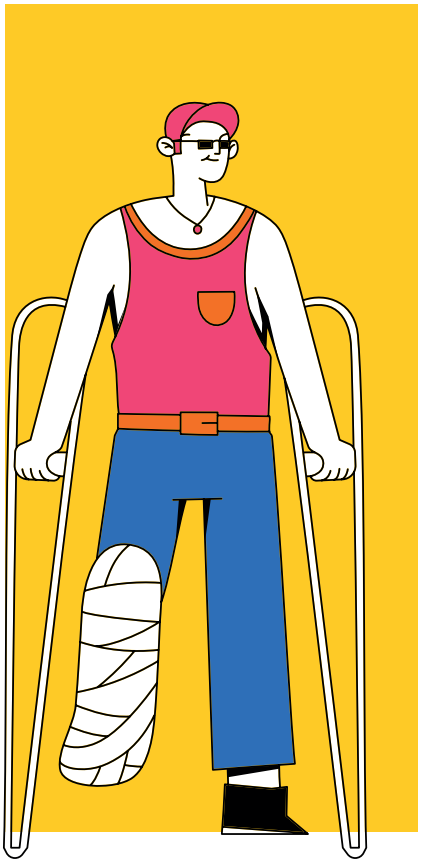


02 ACESSIBILIDADE

2.1. O QUE É ACESSIBILIDADE?

Segundo a LBI, acessibilidade é a **“possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como, de outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.**







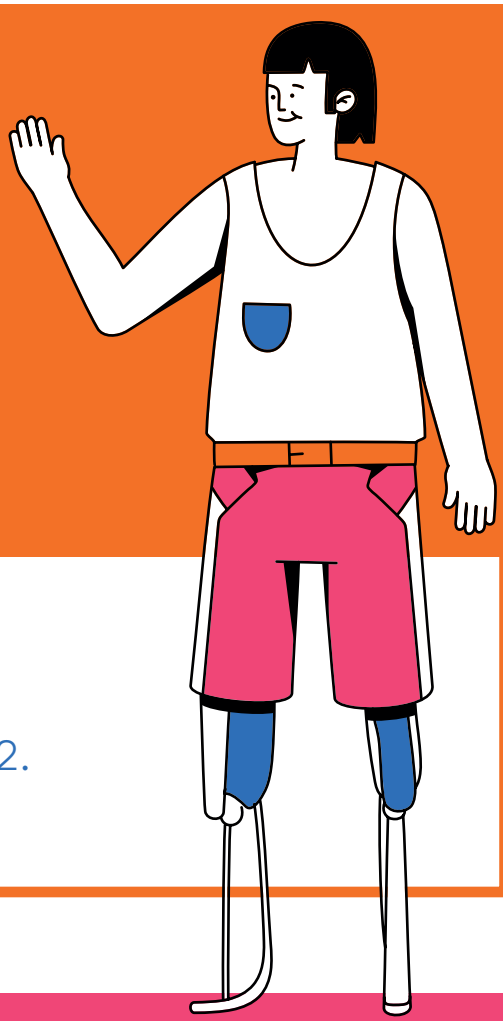
Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2023), a população com deficiência no Brasil foi estimada em

18,6 milhões de pessoas

de 2 anos ou mais, o que corresponde a

8,9% da população dessa faixa etária

Detalhando ainda mais a noção de acessibilidade, Sassaki (2009) propõe classificá-la a partir de oito dimensões. Para o estudioso, uma série de **barreiras** devem ser eliminadas para que o acesso, por parte das pessoas com deficiência, seja efetivo.



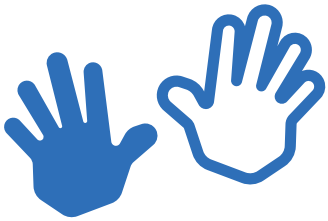
O indicativo faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022.

2.2. O QUE SÃO BARREIRAS?

A LBI determina que barreiras são **“qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros”**. São classificadas de acordo com a sua natureza, como descreveremos a seguir:



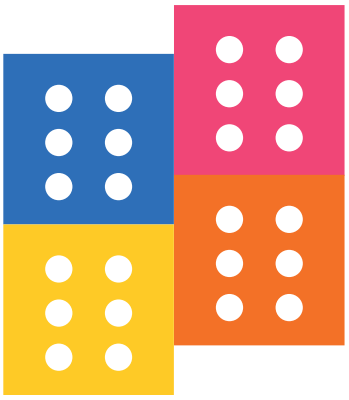
A) Barreiras Urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo: calçada irregular, buracos na rota de caminhada e calçadas sem rebaixamento.



B) Barreiras Arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados: ausência de rampas de acesso e deslocamento feito apenas por escadas, banheiros sem adaptações.

C) Barreiras nos Transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes: falta de acessibilidade em ônibus e estações de trem ou a ausência de sinalização tátil e avisos sonoros.

D) Barreiras nas Comunicações e na Informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.



E) Barreiras Atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas: superproteção, discriminação e estereótipos.

F) Barreiras Tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias: formatos de arquivos inacessíveis ou sites desenvolvidos fora dos padrões de acessibilidade.

Boa parte dos impedimentos enfrentados pelas pessoas com deficiência tem origem nessas barreiras impostas pela sociedade e, particularmente, pelo capacitismo presente em nossas relações sociais. De acordo com **Anahí Guedes de Mello** (2016), o capacitismo pode ser assim compreendido:

> Capacitismo é qualquer tipo de discriminação ou violência praticada contra as pessoas com deficiência. É a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Atitudes capacitistas contra pessoas com deficiência refletem a falta de conscientização sobre a importância da inclusão e da acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Saiba mais: O capacitismo é considerado um tipo de crime de ódio que viola a dignidade humana. Induzir ou incitar discriminação contra pessoas com deficiência é tipificado como crime pela Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei 13.146/2015), Art. 88, com pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

2.3. As 8 dimensões da acessibilidade e seus respectivos recursos

Para que as barreiras apresentadas sejam eliminadas, devemos atentar para as 8 dimensões da acessibilidade apresentadas por Sassaki:



ARQUITETÔNICA
(sem barreiras físicas)

Essa dimensão foca na eliminação de barreiras físicas. Disponibilização de ambientes, espaços de circulação, banheiros para todas as pessoas, corredores e portas com largura igual ou maior que 90 cm e com espaço para manobra de no mínimo 1,50 m; rampas, elevadores ou outros sistemas de elevação para palcos, plateia, estúdios de gravação, andares, etc.; piso tátil interno e externo; barras de apoio nos sanitários, corrimão, pias, balcões, bebedouros em mais de um nível; antiderrapantes nas escadas e pisos escorregadios; ambiente de regulação; sinalização de direcionamentos nos ambientes desde a chegada aos espaços culturais, como museus, teatros, centros culturais e demais equipamentos que acolhem atividades de produção cultural.

COMUNICACIONAL
(sem barreiras na comunicação entre pessoas)

Essa dimensão refere-se aos recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência ao conteúdo dos produtos culturais como obras de arte, espetáculos, shows, filmes, palestras, exposições, performances, visitas guiadas, etc. Os recursos-chave são:

Audiodescrição (AD): Esse recurso contempla pessoas cegas ou com baixa visão, além de diversos públicos, descrevendo elementos visuais.



Interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais): Tem função linguística, aqui utilizada como recurso de acessibilidade cultural, para garantir a comunicação com pessoas surdas usuárias da Libras.



Libras tátil: Corresponde à Libras adaptada ao tato, ou seja, a pessoa com surdocegueira mantém uma de suas mãos ou ambas sobre as mãos do interlocutor ou do guia-intérprete, de maneira que a informação possa ser respondida pelo tato.



Tadoma: Técnica através da qual a pessoa com surdocegueira coloca a mão levemente sobre os lábios, bochecha, mandíbula ou a boca do interlocutor, ou da maneira que achar melhor, para fazer a leitura labial pelo tato.

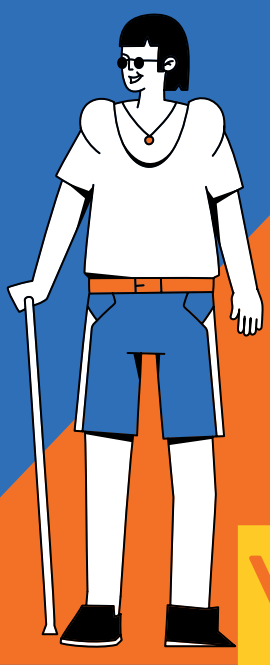


Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE): Consiste em texto escrito, exibido em produtos audiovisuais, traduzido a partir das informações sonoras (diálogos, músicas, efeitos, etc.) e com identificação dos falantes (e de outros emissores de som como, por exemplo, animais) com o intuito de que surdos e ensurdecidos possam construir a narrativa do produto audiovisual. (ABNT NBR 15290).



MATERIAIS EM FORMATOS E SUPORTES ACESSÍVEIS:

Letras ampliadas: Recurso visual que utiliza fontes em tamanhos maiores do que o padrão (geralmente acima de 16 ou 24 pt) para facilitar a leitura por pessoas com baixa visão ou dificuldades visuais leves. (ABNT NBR 9050)



Braille: Um sistema de escrita e leitura tátil fundamentado em pontos em relevo.

Textos em formato digital: São conteúdos produzidos e disponibilizados em meios eletrônicos (como PDFs acessíveis ou HTML) que permitem a interação por meio de tecnologias assistivas, como leitores de tela ou softwares de ampliação. (ABNT NBR 17225/2025)

Linguagem simples: Conjunto de técnicas de redação e design que busca tornar a informação fácil de encontrar, de entender e de ser usada por qualquer pessoa, independentemente do nível de escolaridade. (ABNT NBR 24495-1)



Comunicação alternativa e aumentativa (CAA): Conjunto de ferramentas, símbolos e estratégias (desde pranchas de papel até softwares de voz sintética) que auxiliam pessoas que apresentam algum tipo de comprometimento na linguagem oral, na produção de sentidos, na interação e em desafios de comunicação, a se expressarem, complementando (aumentativa) ou substituindo (alternativa) a fala funcional.

Recursos táteis: Materiais que utilizam texturas, relevos e formas físicas para transmitir informações ou orientações (como mapas, obras artísticas táteis ou pisos podotáteis), permitindo a percepção pelo toque. (LBI, 2015).



Caracteres ampliados: Adaptação de textos impressos ou digitais nos quais o tamanho da fonte é aumentado para permitir a leitura por pessoas com baixa visão. Academicamente, destaca-se que não há um "tamanho único", mas sim uma faixa recomendada (geralmente entre 18 e 26 pt) em fontes sem serifa (como Arial ou Verdana), acompanhada de ajustes no espaçamento entre linhas e caracteres para evitar a fadiga visual. (Instituto Benjamin Constant, 2021).



Contraste de textos/imagens e planos de fundo: Relação de luminosidade entre a cor do texto/imagem e o fundo onde estão inseridos. Um alto contraste (como preto sobre branco) é essencial para que o conteúdo seja perceptível por todos. (WCAG).

É de extrema importância que os recursos comunicacionais sejam disponibilizados desde a concepção do projeto até as divulgações de pós-produção. Perpassam pela divulgação, sinalização do/no espaço, pelos ensaios até a ação em si, seja o evento uma exposição, espetáculos de toda ordem ao vivo/simultâneos, pré-gravados e de toda natureza audiovisual e tecnológica.

METODOLÓGICA

(sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, etc.)



Proporcionar métodos, estratégias, abordagens e técnicas de disponibilização de conteúdos e ações multirreferenciais e multissensoriais, para interação e atuação da pessoa com deficiência, usando materiais diversificados, equipamentos, flexibilização de tempo e prazos. Desde ações da pessoa com deficiência enquanto apreciadora/espectadora à trabalhadora da área, seja artista ou tenha outra função, presencial ou virtual. Exemplos: formas de recepcionar em espetáculos; ações em oficinas de formações das diversas áreas; visitas guiadas, audioguias, sistemas de vibração, materiais e equipamentos acessíveis.

INSTRUMENTAL
(sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios etc.)

Disponibilização de equipamentos, instrumentos, utensílios, ferramentas, bem como estratégias projetadas para vivências que requerem usabilidades diversas. Podem ser: engrossadores para objetos, lápis, talheres, entre outros; lupas; aro magnético; abafadores; fones de ouvido para amplificação sonora; dispositivos vibratórios; tecnologias assistivas em aplicativos [exemplo: leitores de tela, transcritores de conversa falada, teclado virtual]; cadeiras de rodas; bancos para descanso; sala sensorial; entre muitas outras possibilidades a serem criadas em função da especificidade de uma pessoa.

DIGITAL

Aplica-se a websites, aplicativos e plataformas de streaming, para garantir que os recursos online (como audiodescrição, legendagem, texto alternativo e navegação compatível com leitores de tela) estejam em conformidade com padrões internacionais de acessibilidade.

PROGRAMÁTICA
(sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.)

Assegurar que os direitos garantidos nas leis, decretos, normas, regulamentos, procedimentos sejam aplicados em todas as instâncias da cultura e da arte.

ATITUDINAL
(sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para com pessoas que têm deficiência)

Refere-se à eliminação de preconceitos e estereótipos. Envolve a capacitação de equipes para atendimento não capacitista e empoderador. É de extrema importância a sensibilização e formação continuada das equipes de trabalhadores de todas as instâncias (artistas, serviços gerais, seguranças, iluminadores, apoios, curadores, diretoras/es, câmeras e demais trabalhadores de acordo com cada linguagem artística).

NATURAL
(sem barreiras naturais, como raízes de árvores, terreno pedregoso, areia fofa etc.)

Refere-se à extinção de barreiras da própria natureza. Uma pessoa usuária de cadeira de rodas, por exemplo, terá dificuldades em se locomover em uma vegetação irregular, ou uma calçada repleta de árvores. Outro bom exemplo de iniciativa nesse sentido são os projetos que oferecem cadeiras de rodas anfíbias para que as pessoas possam se locomover pela areia da praia e tomar um banho de mar.



Para além das dimensões de Sassaki, vale acrescentar uma 9ª dimensão, mais recente e em desenvolvimento por educadores como Edinho Santos e pesquisadoras como Camila Alves e Márcia Moraes, por exemplo.

ESTÉTICA

(sem barreiras para a fruição mais profunda e emocional de obras de arte através de experiências multissensoriais, que possibilitem interações e provocações subjetivas).

A pessoa com deficiência passa a ser protagonista, passa a criar, co-criar experiências artísticas e culturais. A leitura de um componente visual vai além de uma descrição puramente técnica e passa a buscar significados mais profundos através das texturas, das cores, materiais, aromas, etc. O que importa para a acessibilidade estética é como uma determinada obra é sentida e compreendida por pessoas diversas.

Em conexão com as 9 dimensões da acessibilidade, é importante compreender o conceito de **Desenho Universal (DU)** como a base para que todas as dimensões apresentadas sejam atingidas de forma satisfatória. Se os ambientes, produtos e serviços forem pensados para serem utilizados por todas as pessoas, na sua máxima extensão possível, a necessidade de adaptações posteriores será praticamente nenhuma.

A pesquisadora Viviane Sarraf (2008) defende a ideia de que quando um espaço, um produto ou um serviço é projetado sob os princípios do DU, ele beneficia não apenas pessoas com deficiência, mas também idosos, gestantes e o público em geral, enriquecendo a experiência de todos os visitantes.

O DU deve ser capaz de prover uma experiência para ser vivenciada por múltiplos sentidos, promovendo uma mediação sensorial que inclua públicos de diferentes condições sensoriais, cognitivas ou físicas. Dessa forma, pessoas com deficiência também terão possibilidades de escolha, possibilidades de decidir sobre como gostariam de interagir com um espaço, um serviço, um produto.

2.4. O QUE É ACESSIBILIDADE CULTURAL

A acessibilidade é uma condição fundamental para que a cultura,seus produtos e processos possam chegar a um maior número de pessoas.

A acessibilidade em ambientes culturais, bem como em obras e atividades artísticas, é condição determinante para que pessoas com deficiência e outros públicos estratégicos, tais como pessoas idosas, pessoas com neurodivergência, possam usufruir desse direito à cultura em nosso país.

Mesmo com a farta legislação relativa ao tema, faz-se necessário um olhar diferenciado sobre o panorama da acessibilidade cultural. Essa inclusão deve ser aplicada a projetos, programas e ações de políticas públicas do setor. Além disso, é urgente verificarmos em que medida os recursos de acessibilidade são ofertados à população.

Esse tema ganhou visibilidade mundial durante a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006), cujo documento final foi acolhido pelo Brasil com status de emenda constitucional em 2009.

Além desse marco legal, o tema dos direitos das pessoas com deficiência é sustentado em documentos como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) e outras legislações de referência.

No capítulo VII, “Do direito à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer”, a Lei Brasileira de Inclusão dispõe sobre o tratamento prioritário às pessoas com deficiência, à comunicação adequada, à promoção de acesso aos espaços culturais e à criação de incentivos para a participação de atividades criativas e demais garantias.

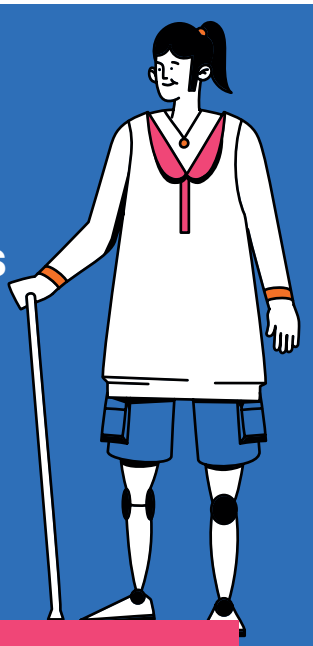
A lei também aponta que cada órgão do poder público que atue com cultura deve criar uma coordenadoria ou gerência de integração das ações voltadas para pessoas com deficiência. Esta é uma demanda fundamental para implementar os recursos de mediação cultural nos ambientes culturais.

Vale destacar, igualmente, alguns dispositivos legais que versam sobre o fomento à cultura no Brasil e que trazem um oportuno regramento sobre cultura e acessibilidade.

Citamos a Lei Complementar Nº 195/2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo; a Lei Aldir Blanc (LAB), sancionada em junho de 2020 (Lei nº 14.017); o Decreto de Regulamentação da Lei Paulo Gustavo nº 11.525, de 11 de maio de 2023; Decreto de Fomento nº 11.453, de 23 de março de 2023; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI); além da Instrução normativa nº 5, de 10 de agosto de 2023, que compuseram um conjunto de regras a disciplinar a questão nos tempos mais recentes.

Em 2025 o Ministério da Cultura (MINC) publicou um guia com orientações sobre acessibilidade cultural. O "Guia Prático de Acessibilidade Cultural" visa auxiliar gestores públicos e agentes culturais na implementação de práticas de acessibilidade e traz várias orientações para o exercício da equidade no fazer cultural no Brasil. O documento aborda desde a legislação pertinente até orientações práticas para tornar espaços, eventos e conteúdos culturais acessíveis.

Segundo o MINC, a acessibilidade cultural pode ser compreendida como um conjunto de medidas para a eliminação de barreiras e promoção da participação plena das pessoas com deficiência nas políticas, programas, projetos e ações culturais, garantindo à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos culturais.



Lembramos que a acessibilidade cultural se reveste de um conjunto de "outras acessibilidades" para a obtenção de efetivos resultados na garantia dos direitos culturais de todas as pessoas, sobretudo, aquelas com deficiência.

As questões de acessibilidade cultural também são tratadas na Lei nº 9.619/2022, documento que instituiu o Plano Municipal de Cultura da capital baiana. O plano demonstra um compromisso significativo com a acessibilidade cultural e a inclusão de pessoas com deficiência no setor.

Outros tópicos também abordam a acessibilidade em infraestrutura física dos espaços culturais e formação em acessibilidade para as equipes destes equipamentos.

Compreender e promover a Acessibilidade Cultural direciona uma complexidade em permanente processo de construção e criação, não apenas de múltiplos formatos, mas de múltiplos protagonismos, entendendo a atuação da pessoa com deficiência para além de espectadora e consultora de acessibilidade, seja ela artista, produtora, curadora gestora, técnica, realizadora, entre outras possibilidades, que a área artístico-cultural dialoga e oportuniza.

Ao promovê-la, o reconhecimento da diversidade é sustentado e, como consequência, as potencialidades e a identidade das pessoas com deficiência, fortalecendo o pertencimento e a história delas na sociedade.

Vale salientar que esses procedimentos atendem ao que consta no capítulo IX da LBI, em seus artigos 42, 43 e 44, que tratam do direito à cultura, esporte e lazer.

03 CULTURA DEF

Este termo foi reivindicado por artivistas com deficiência e se refere à forma de ser, agenciar e produzir no mundo, acessar e contribuir para as construções culturais da humanidade.

O conceito de Cultura DEF, a partir dos estudos de Teixeira (2016) e Lapponi (2023), converge na ideia de que a pessoa com deficiência deve se apropriar de sua condição com orgulho, força e livre-arbítrio. Não há necessidade de provar suas capacidades para ser aceita, para estar envolvida nas possibilidades de ser e estar na vida.

Assim sendo, ativistas inseridos na Cultura DEF produzem conhecimento, estética e, consequentemente, uma ética.

A Cultura DEF **questiona a estrutura de um modo padrão de se viver em sociedade**, adotado historicamente pela humanidade; confronta o capacitismo e tem a diversidade como potência humana.

ATENÇÃO:

Pessoas com deficiência são espectadoras e também são artistas; compõem o grupo de trabalhadoras da cultura em todas as suas instâncias; ou seja, a acessibilidade precisa estar em tudo para que elas desenvolvam seus potenciais e tenham seus direitos garantidos.

Parte II

NA PRÁTICA



04

PLANEJAMENTO DA ACESSIBILIDADE EM PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS

Um dos tópicos fundamentais para o planejamento da acessibilidade é a elaboração de um **plano de acessibilidade cultural** com objetivo de orientar artistas, produtoras e produtores culturais sobre como estabelecer medidas de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal e digital em projetos e espaços culturais, com a finalidade de garantir o acesso equitativo a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas e impedimentos de variadas formas.



4.1. Como elaborar um plano de acessibilidade

Diante da sua ideia, do seu projeto e das instruções constantes nos editais de fomento à cultura, busque elencar tópicos e necessidades que irão contribuir com o planejamento no campo da acessibilidade, considerando as diferentes dimensões elencadas no tópico 2. Um profissional especializado saberá apontar as medidas mais adequadas.



- Busque contratar consultores em acessibilidade, audiodescritores, intérpretes de Libras, mediadores e monitores especializados, dentre outros.

Importante salientar que não basta qualificar o plano de acessibilidade apenas para contemplar a **contratação de consultores** com deficiência para o aprimoramento dos processos de acessibilidade cultural, mas inserir tais profissionais na perspectiva da **contratação como gestores e produtores culturais**. E assim:

1) Elaborar diagnóstico de acessibilidade física, comunicacional, digital e atitudinal;

2) Consultar e seguir as normas técnicas, como as da ABNT, que versem sobre edificações, audiodescrição e demais regramentos aplicáveis ao tema.

ATENÇÃO:
Não esqueça de incluir as despesas com acessibilidade no planejamento orçamentário.



4.2. Orçamento

O orçamento é outro tópico imprescindível na elaboração do seu plano. Observe na planilha a seguir os principais itens que devem ser levados em consideração nessa etapa da construção. As rubricas de acessibilidade apontadas na planilha abaixo são meras sugestões, que podem e devem ser alteradas de acordo com o escopo de cada projeto.

Planilha Orçamentária

MODELO ACESSIBILIDADE							
Título do Projeto:					**CATEGORIA:**		
1 - ITENS	**Descrição dos Itens**	**Quantidades**	**Unidade**	**Quantidade de unidades**	**Valor unitário**	**Total da linha**	**Total**
	Indique o item ou serviço que será contratado/utilizado	quantidade de cada item	unidade de medida de cada item	quantidade de unidade de medida descrita na coluna unidade	preço de cada unidade de despesa	Quantidade X Unidades X Valor unitário	soma dos totais
1.1	Coordenação de acessibilidade	0				R$ 0,00	
1.2	Oficinas sobre acessibilidade atitudinal e cultural para a equipe.	0				R$ 0,00	
1.3	Mobilização de público	0				R$ 0,00	
1.4	Vídeo-convite acessível	0				R$ 0,00	
1.5	Audiodescrição - roteiro	0				R$ 0,00	
1.6	Audiodescrição - narração	0				R$ 0,00	
1.7	Audiodescrição - consultoria	0				R$ 0,00	
1.8	Equipamento de audiodescrição	0				R$ 0,00	
1.9	Interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais)	0				R$ 0,00	
1.10	Monitoria especializada	0				R$ 0,00	
1.11	Monitoria bilíngue Libras-Português	0				R$ 0,00	
1.12	Mediação cultural	0				R$ 0,00	
1.13	Protetor auricular / Abafador de ruídos	0				R$ 0,00	
1.14	Verba para elaboração e/ou aquisição de recursos sensoriais para pessoas com neurodivergência	0				R$ 0,00	
1.15	Aluguel de banheiro químico acessível	0				R$ 0,00	
1.16	Transporte do público - van/ônibus	0				R$ 0,00	
1.17	Consultoria em acessibilidade arquitetônica	0				R$ 0,00	
1.18	Legendadem para surdos e ensurdecidos (LSE)	0				R$ 0,00	
1.19	Impressão em Braille	0				R$ 0,00	
1.20	Piso podotátil (acessibilidade arquitetônica)	0				R$ 0,00	
1.21	Sinalização luminosa/sonora	0				R$ 0,00	
1.22		0				R$ 0,00	
1.23		0				R$ 0,00	
1.24		0				R$ 0,00	
1.25		0				R$ 0,00	
		TOTAL					**R$ 0,00**

ATENÇÃO

b)Despesas de alimentação e hospedagem para beneficiários/profissionais, quando houver;
c)Despesas transporte/deslocamento para os Espaços Culturais contemplados nesta chamada;
f)Ação de mobilização de público para as atividades;
g)Despesas com serviços, equipe e equipamentos necessários à acessibilidade cultural;

05

COMO INSERIR RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NAS DIVERSAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS

É necessário entender que produzir acessibilidade cultural perpassa por uma transversalidade em todas as dimensões da experiência na cultura e na arte, sendo ela responsabilidade de todas as pessoas envolvidas em cada área/setor. Assim sendo, convém observar que a acessibilidade cultural deve:

- Ser pensada desde o início do projeto e dialogada com a equipe, que não deve abrir mão da participação de pessoas com deficiência;
- Ser realizada pelo viés do respeito e à ética do/com/para o humano;
- Ser realizada com recursos humanos e tecnológicos, e não um ou o outro;
- Ser produzida com foco nas especificidades das pessoas com deficiência, podendo ser acessada por todas as pessoas;

- Compreender Interdependência e Autonomia: nas diversas situações proporcionadas pelo cotidiano, existe a relação de dependência.
  Em determinados casos, essa relação pode ser visível, como o instante em que alguém precisa de um/uma acompanhante (pessoa ou animal) ou um equipamento (bengala, celular/ tablet, cadeira de rodas, aparelho auditivo). O fato de estar na companhia de uma pessoa, animal ou de poder se beneficiar de uma tecnologia assistiva, não significa ausência de autonomia, já que, mesmo na interdependência, há autodeterminação e autogoverno.

Dito isso, reunimos aqui, e nas seções seguintes, recomendações para a aplicação de recursos e procedimentos de acessibilidade de acordo com cada contexto. Destacamos as linguagens artísticas e algumas recomendações de medidas de acessibilidade a serem aplicadas, além de exemplos e sites de referência, lembrando que tais recomendações não se esgotam em si mesmas, carecendo de atualizações contínuas.

5.1. Artes cênicas (teatro, performance, dança e circo)

DIMENSÕES	APLICABILIDADE
Acessibilidade Atitudinal	Treinamento de equipes para atender e incluir o público com deficiência.
Acessibilidade Arquitetônica	Adaptação dos espaços cênicos para acesso de cadeiras de rodas e instalação de banheiros adaptados.
Acessibilidade Comunicacional	Apresentação de espetáculos com interpretação em Libras, audiodescrição e legendas em telas ou dispositivos pessoais como tablets ou smartphones.
Acessibilidade Metodológica	Oferta de sessões inclusivas e ensaios abertos para familiarização do público com o ambiente teatral.
Acessibilidade Instrumental	Disponibilização de equipamentos como aro magnético ou fones de ouvido para amplificação sonora e dispositivos vibratórios para pessoas surdas.

Acessibilidade Atitudinal:



Formação em Acessibilidade Equipe FGM

Acessibilidade Arquitetônica:

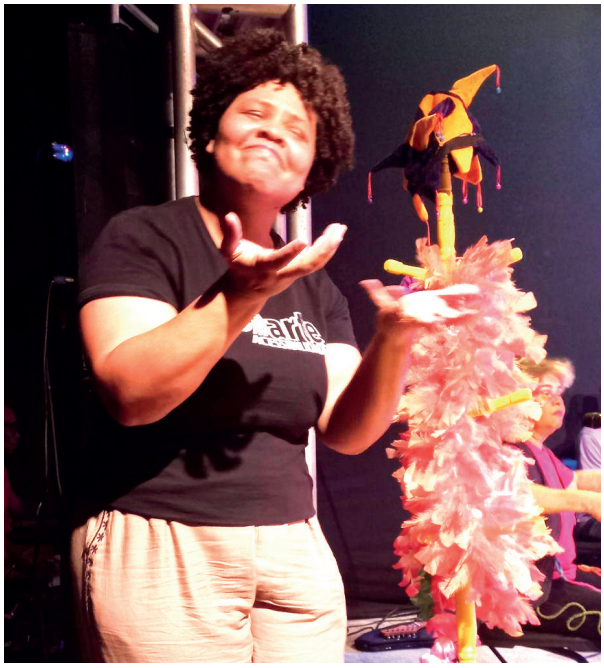


Reserva para Cadeirante na plateia



Piso Tátil

Acessibilidade Comunicacional:



Uma interprete de Libras sinaliza durante um espetáculo teatral.



Pessoas com Deficiência já acomodadas testam equipamento de Audiodescrição no teatro.

Acessibilidade Metodológica:



Encontro de audiodescritores roteiristas, consultores e pessoas com e sem deficiência com o ator Fábio Vidal para um breve bate-papo e visita tátil ao monólogo Seu Bomfim. Na foto colorida, dentro da sala de um teatro, 5 pessoas, de pé, conversam com o ator, sentado na borda do palco.



Fotografia colorida, tirada na visita tátil a uma peça de teatro. Na foto uma mulher cega experimenta um chapéu de palha com um casarão no topo.

Acessibilidade Instrumental:



Visão do palco a partir da cabine de Audiodescrição.



Audiodescritora narrando uma peça teatral.

5.2. Música

DIMENSÕES	APLICABILIDADE
Atitudinal	Conscientização e formação da equipe de produção sobre a importância da representação das pessoas com deficiência como espectadoras e também como integrantes da equipe de trabalho.
Arquitetônica	Adaptação de espaços de apresentação, estúdios e ensaios para acesso de cadeiras de rodas e instalação de banheiros acessíveis.
Comunicacional	Disponibilização de letras de músicas em Braille, audiodescrição, legendas e interpretação em Libras em shows e concertos.
Metodológica	Oferta de instrumentos adaptados e técnicas de ensino inclusivas em escolas de música.
Instrumental	Uso de tecnologias como sistemas de vibração para pessoas surdas sentirem a música.

5.3. Audiovisual

DIMENSÕES	APLICABILIDADE
Atitudinal	Conscientização e formação da equipe de produção sobre a importância da representação das pessoas com deficiência como espectadoras e também como integrantes da equipe de trabalho. Promoção de ações de sensibilização que resultem no estímulo à construção de personagens que representem a diversidade, incluindo a diversidade de pessoas com deficiência.
Arquitetônica	Garantia de acesso a salas de cinema, estúdios de gravação e outros espaços de produção e exibição.
Comunicacional	Inclusão de legendas descritivas, audiodescrição e janelas de Libras em filmes, vídeos e programas de TV e em plataformas de streaming.
Metodológica	Desenvolvimento de roteiros e narrativas inclusivas que considerem diferentes formas de percepção.

Instrumental	Utilização de tecnologias assistivas em aplicativos e demais formas de acessibilidade digital.

5.4. Artes Visuais

DIMENSÕES	APLICABILIDADE
Atitudinal	Promoção de debates sobre representatividade e inclusão na literatura, edição de obras de pessoas com deficiência e incentivo a narrativas que contemplem a pessoa com deficiência.
Arquitetônica	Garantia de acesso a feiras, festas e bibliotecas e demais espaços de leitura para pessoas com mobilidade reduzida.
Comunicacional	Disponibilização de obras em formatos acessíveis como Braille, e-books com recursos de acessibilidade e audiolivros.
Metodológica	Realização de encontros de leitura inclusivos e grupos de discussão acessíveis a todos.
Instrumental	Oferta de instrumentos adaptados e técnicas de ensino inclusivas em escolas de música.

5.5. Literatura

DIMENSÕES	APLICABILIDADE
Atitudinal	Conscientização e formação da equipe de produção sobre a importância da representação das pessoas com deficiência como espectadoras e também como integrantes da equipe de trabalho.
Arquitetônica	Garantia de espaços acessíveis como rampas, elevadores e banheiros adaptados.
Comunicacional	Disponibilização de informações em formatos acessíveis como o Braille, audiodescrição e legendas em exposições audiovisuais.
Metodológica	Oferecimento de visitas guiadas táteis, audioguias e materiais adaptados para pessoas com deficiência visual ou auditiva.
Instrumental	Utilização de ferramentas como lupas, cadeiras de rodas e bancos para descanso.

06 FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DAS EQUIPES

Promover sensibilização e formação para todos os profissionais atuantes na cultura, na atualidade, é o passo mais básico para combater o capacitismo. Através de cursos, oficinas, rodas de conversa, grupos de estudos, pesquisas, momentos de partilha com formadores, com e sem deficiência, possibilitando incorporar camadas de conhecimento, são medidas que, pouco a pouco, vêm contribuindo para uma postura anticapacitista[1]. Na realidade diversa em que arte e cultura estão imersas, é fundamental promover o letramento de artistas, equipe técnica, produção, atendimento e parceiros em geral, no que se refere a produzir e atuar com pessoas com deficiência.

NOTA:

[1] A educação anticapacitista é um horizonte ético-político a ser percorrido por todos que visem à equidade e à participação plena das pessoas com deficiência nos processos sociais e culturais. (Ferrari, 2024)

Desenvolver uma comunicação que desperte o respeito genuíno à dignidade alheia, enxergando, assim, a pessoa, antes de qualquer outro atributo que lhe seja conferido, é essencial. Mais do que seguir as leis, buscar uma atuação ética e honesta, em que cada ação é ponderada pelo impacto no outro e na sociedade, fortalecendo uma cultura de empatia e responsabilidade compartilhada.







07 MEDIAÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO DE PÚBLICO

A mediação de que estamos falando é aquela que, para além das características que constituem a formação de plateias, compreende um conjunto de ações específicas para públicos estratégicos como pessoas com deficiência, pessoas neurodivergentes, dentre outros. Contempla desde a busca ativa, passando por atos de acolhimento e orientações entre o pré e pós-evento.

- **O papel do Mediador:**
  - Facilitar o acesso e a compreensão dos espetáculos, obras e manifestações culturais;
  - Promover a interação e o diálogo entre o público e a proposta cultural.

- **Estratégias de Mediação Acessível:**
  - Conhecer o público a que se destina o projeto ou objeto cultural;
  - Adaptar a linguagem e do conteúdo;
  - Utilizar recursos multissensoriais (para fruição através do tato, olfato, audição);
  - Criar roteiros e atividades inclusivas, a exemplo do percurso tátil.



Público com Deficiência atento à mediação. Esses momentos precederam o espetáculo teatral **O Barão nas Árvores.**

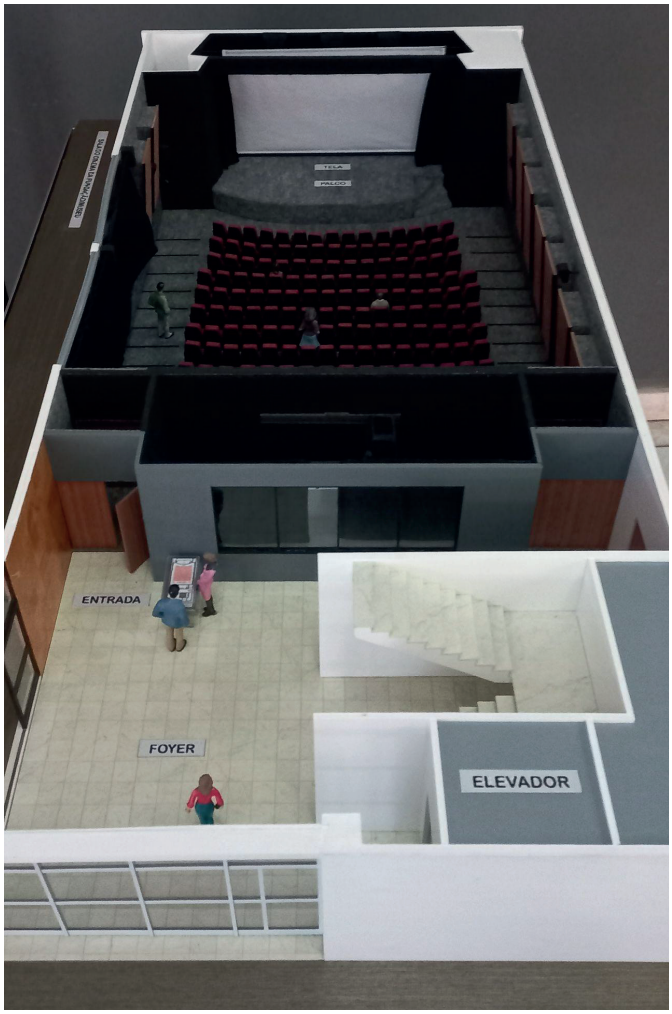


Foto colorida da maquete tátil de um teatro.

- **Desenvolvimento de habilidades de comunicação e empatia e conhecimento das necessidades específicas e expectativas dos públicos.**

- **Comunicação:**
  A comunicação é ação preponderante na mediação. Os conteúdos devem ser acompanhados de recursos comunicacionais compatíveis com cada público: se surdos, uso de Libras e legendas descritivas; se pessoas cegas, audiodescrição, Braille e outras tecnologias.

- **Ações educativas:**
  Recomenda-se a oferta de ações formativas envolvendo produtoras, artistas e demais integrantes da cadeia produtiva.

- **Feedback do público com deficiência pós-evento:**
  Procure, através de enquetes, sondagens e questionários, obter opiniões do público para o aprimoramento de seus projetos.



08 COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL E DIVULGAÇÃO

A comunicação acessível deve usar linguagem simples e informações em formatos diferentes para que todas as pessoas possam ter acesso e entendam o que é o seu projeto. Quando elaborar o plano de comunicação, atente para essas recomendações:

- Ao referir-se a essas pessoas, coloque a palavra “pessoa” em primeiro lugar. Diga “pessoa com deficiência”, “público com deficiência”, em vez de “deficiente”. Uma pessoa não é definida por sua deficiência. Ela é uma pessoa antes de qualquer outra coisa. Não use os termos “deficiente”, “diferente”, “portador de deficiência”, “aleijado”, “retardado” ou “mudinho”, “ceguinho”, ou até “portador de necessidades especiais”.

- Ao encaminhar releases e notas para os veículos de comunicação, cite os recursos de acessibilidade a serem ofertados no seu evento ou produto cultural.

- Linguagem simples e clara: use palavras fáceis em todos os materiais como banners, folhetos, guias, placas e cards. Isso ajuda todas as pessoas a entenderem melhor o conteúdo, mesmo quem tem dificuldade de leitura ou compreensão.

- Informação em diferentes formatos: ofereça informações de várias maneiras, como audiodescrição para cegos, pessoas com baixa visão, idosos, neurodivergentes; Libras para a comunidade surda; legendas para surdos e ensurdecidos e formatos digitais acessíveis em celulares, tablets e computadores.

- Sinalização objetiva: utilize sinalização visual clara e intuitiva, com ícones e cores contrastantes, para facilitar a orientação e a navegação de pessoas cegas ou com baixa visão, como placas de identificação de banheiros, saídas de emergência, bilheteria etc.

- Pesquisas de satisfação e melhoria contínua: realize pesquisas para identificar áreas de melhoria na comunicação e nos serviços

oferecidos, visando sempre aprimorar a experiência do público.

- Quando publicar vídeos, insira janela de Libras, audiodescrição e legendas descritivas. Se publicar fotos e outras imagens, adicione audiodescrição.

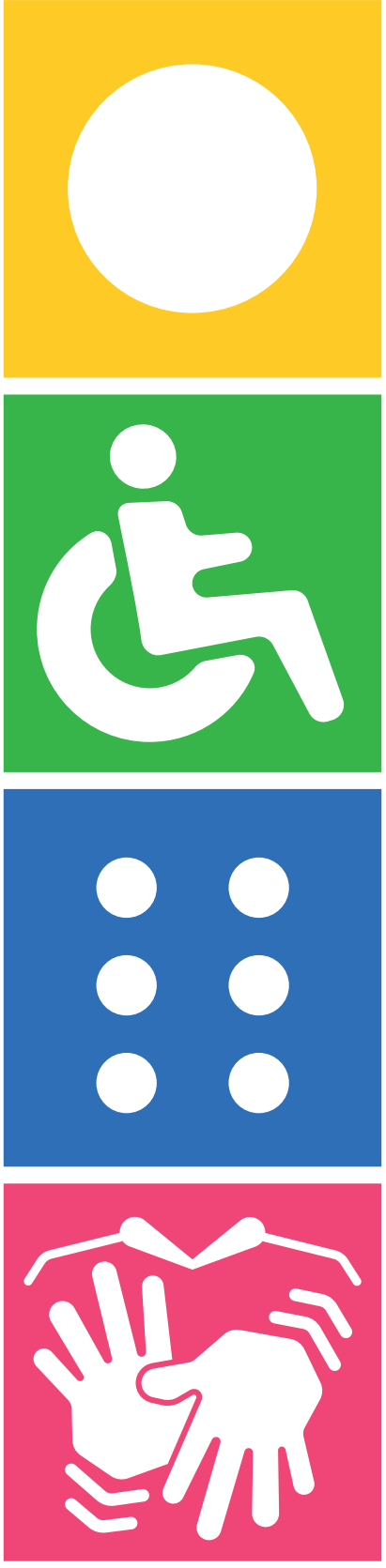
- Para publicações digitais (e-books e similares), podem ser adotados recursos como compatibilidade com leitores de tela, descrição de imagens, audiolivro, Libras, legendas, audiodescrição, linguagem simples, contraste adequado, navegação acessível e formatos digitais acessíveis (PDF, EPUB e HTML).

- No caso de material impresso, incluir o ícone da audiodescrição e da Libras em local facilmente visível. Se o material tiver QR code(s) que permita(m) acessar a narração, a audiodescrição e/ou a interpretação em Libras do conteúdo, este(s) deve(m) vir em relevo para a rápida identificação pelas pessoas com deficiência.

Indicar a existência de recursos de acessibilidade em todo material de comunicação disponibilizado.

09 SÍMBOLOS DE ACESSIBILIDADE

Além das dimensões da acessibilidade como vimos, também é importante reconhecer os símbolos que as representam. Sabia que existem símbolos de acessibilidade? Eles são representações gráficas que, por meio de uma figura ou forma convencionada, estabelecem a analogia entre o objeto e a informação de sua representação e expressam alguma mensagem. Devem ser legíveis e de fácil compreensão, atendendo a pessoas estrangeiras, analfabetas e com baixa visão.



9.1. Relação de símbolos e ícones da acessibilidade / Símbolos de atendimento prioritário

Símbolo de Acessibilidade utilizado no Brasil:



Audiodescrição (AD): Sobre um quadrado azul claro, desenho de uma pessoa em silhueta branca, sentada de perfil direito em uma cadeira de rodas. Este símbolo também é o símbolo da deficiência física.

Deficiência intelectual:



Audiodescrição (AD): Símbolo de acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual e deficiência mental. Sobre um quadrado azul claro, desenho em contorno branco de um rosto de perfil direito com o desenho do cérebro em branco.

Surdez e deficiência auditiva:



Audiodescrição (AD): Símbolo de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva. Sobre um quadrado azul claro, desenho em contorno branco de uma orelha atravessada por uma faixa branca.

Interpretação em Libras:



Audiodescrição (AD): Sobre um quadrado azul-escuro, linhas brancas estilizadas formam o contorno dos ombros e da gola da camisa de um/uma intérprete. Ao centro, duas mãos brancas espalmadas sobrepõem-se verticalmente. A mão direita está posicionada mais acima, com a palma voltada para a frente e os dedos apontados para cima. A mão esquerda está posicionada um pouco mais abaixo, com o dorso voltado para a frente e os dedos apontados para a esquerda.

Deficiência visual:



Audiodescrição (AD): Símbolo de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. Sobre um quadrado azul claro, o desenho de uma pessoa em silhueta branca. Ela segura uma bengala que toca o chão.



Audiodescrição (AD): Símbolo de acessibilidade para pessoas com baixa visão. Sobre um quadrado azul escuro, desenho de um olho em silhueta branca. Na metade esquerda, o olho tem traços azuis, em diagonal; ao centro, é atravessado por uma faixa branca, em diagonal.

Deficiência visual:

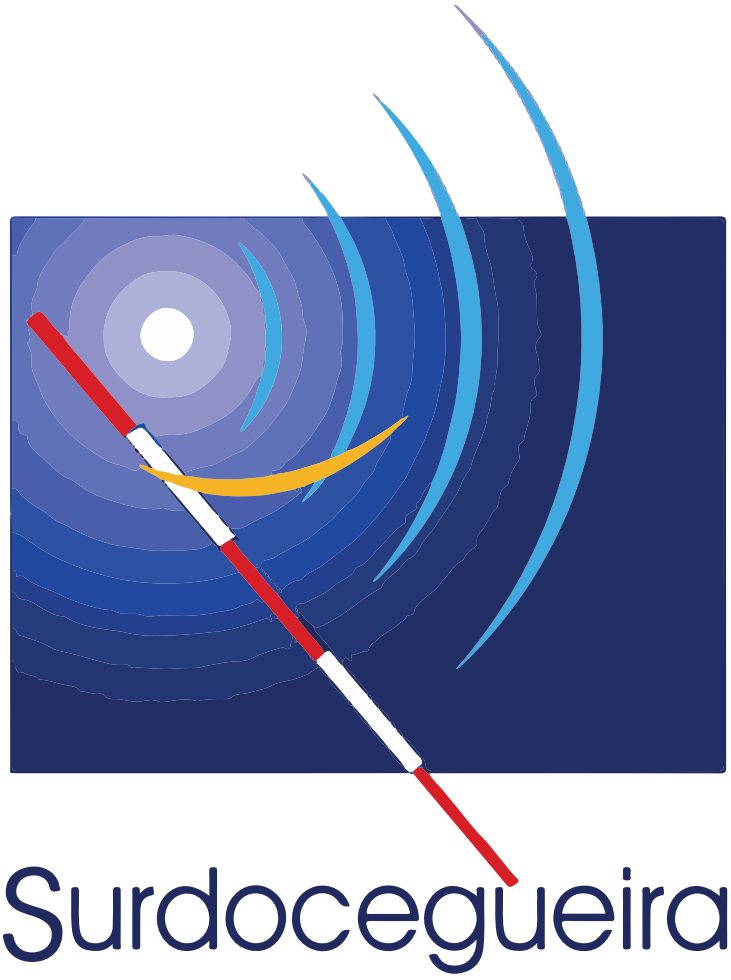


Audiodescrição (AD): Símbolo de acessibilidade para pessoas usuárias de cão-guia. Sobre um quadrado azul escuro, desenho de uma pessoa em silhueta branca. Com uma mão, segura uma bengala longa; com a outra, a alça do arreio que fica presa ao dorso do animal. A bengala aqui ilustrada serve como um identificador visual instantâneo da deficiência visual, mas pessoas usuárias de cão-guia, regra geral, não necessitam do uso de bengala longa.



Audiodescrição (AD): Símbolo internacional da AD. Sobre fundo azul escuro, as letras A e D, maiúsculas e brancas. A perna esquerda do A é levemente inclinada para a direita. Ao lado da curva do D, três parênteses fechados, um após o outro, propagam-se como ondas sonoras.

Surdocegueira:



Audiodescrição (AD): Símbolo da surdocegueira formado por um retângulo azul e por uma bengala de mobilidade intercalada nas cores vermelho e branco, disposta em diagonal. No canto superior esquerdo do retângulo, uma luz branca difusa, seguida por quatro ondas sonoras, em tom azul claro, que se expandem para a direita. No quadrante superior esquerdo, uma pequena linha curva, amarela e voltada para cima, sobrepõe-se à bengala e à segunda onda sonora.

Síndrome de Down, Epilepsia, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Neurodiversidade:



Audiodescrição (AD): Sequência de 4 símbolos. À esquerda, a representação do símbolo da Síndrome de Down consiste em uma fita metade amarela, metade azul; o segundo símbolo, da Epilepsia, é uma fita roxa; o símbolo do TEA é uma fita com desenhos de peças de quebra-cabeça multicoloridas. O último desse grupo é o símbolo da neurodiversidade, o infinito com cores vibrantes em tons de arco-íris. O símbolo do infinito se assemelha ao número 8 deitado.

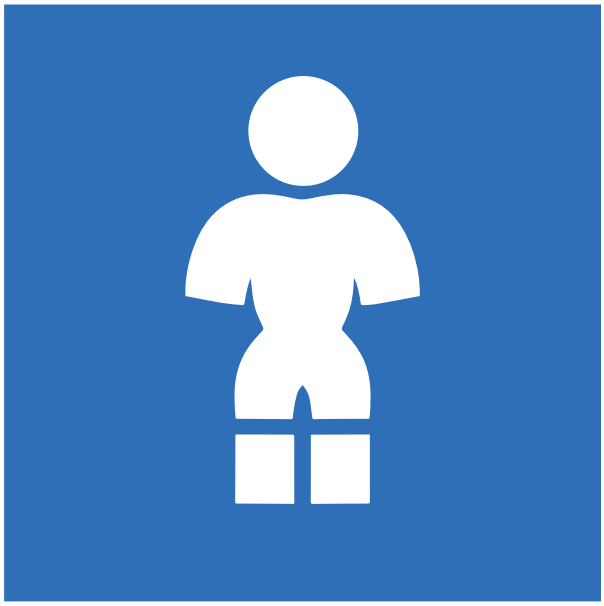
Além do cordão com desenhos de peças de um quebra-cabeça identificar pessoas com o TEA, o cordão dos girassóis também tem sido utilizado - o cordão dos girassóis identifica pessoas com deficiências invisíveis, podendo ser utilizado também por pessoas surdas:





Audiodescrição (AD): À esquerda, o cordão que identifica pessoas com fibromialgia é roxo e estampado com desenhos de borboletas brancas e cor de rosa, de tamanhos diversos; à direita, o cordão de girassol, que identifica pessoas com uma ou mais deficiências ocultas, daquelas que não são facilmente identificáveis, é verde e repleto de desenhos de girassóis amarelos com miolo escuro, de tamanhos diversos.

Nanismo:



Audiodescrição (AD): Símbolo de acessibilidade referente ao nanismo. Sobre um quadrado azul escuro, desenho de uma pessoa de baixa estatura em silhueta branca. O desenho evidencia as proporções corporais que caracterizam a condição.

Obesidade:



Audiodescrição (AD): Símbolo de atendimento prioritário referente à obesidade. Sobre um quadrado azul escuro, a silhueta branca de uma pessoa de frente com excesso de peso. Abaixo da figura, em letras brancas e maiúsculas, as palavras PESSOA OBESA.

Pessoa com criança de colo:



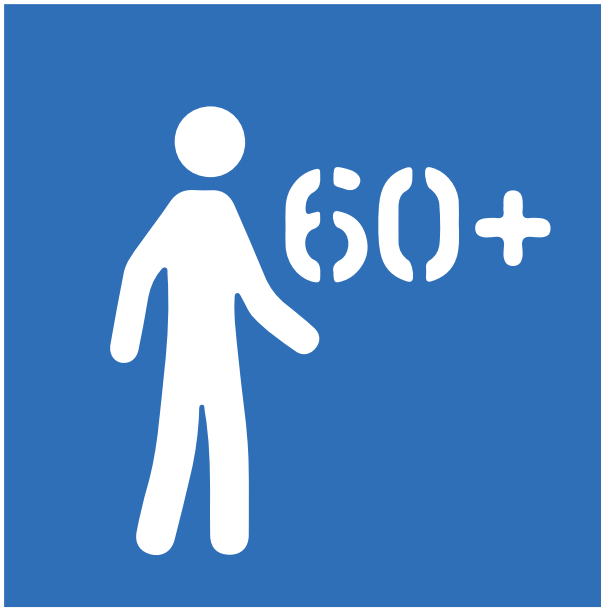
Audiodescrição (AD): Símbolo de atendimento prioritário. Sobre um quadrado azul escuro, silhueta branca de uma pessoa adulta vista de frente, até a cintura. No centro do peito, há o recorte vazado de uma criança deitada, acolhida entre os braços da pessoa adulta.

Pessoa Gestante:



Audiodescrição (AD): Símbolo de atendimento prioritário. Sobre um quadrado azul escuro, desenho de uma pessoa adulta, em silhueta branca. De perfil direito, a pessoa tem o ventre proeminente, equivalente a uma gravidez adiantada. Abaixo da figura, em letras brancas e maiúsculas, a palavra GESTANTE.

Pessoa Idosa:



Audiodescrição (AD): Símbolo de atendimento prioritário. Sobre um quadrado azul escuro, desenho de uma pessoa em silhueta branca caminhando para a direita. À frente do peito, destaca-se a inscrição 60+ na cor branca.

Mobilidade Reduzida Temporária:



Audiodescrição (AD): Símbolo de atendimento prioritário que indica mobilidade reduzida temporária. Sobre um quadrado azul, desenho de uma pessoa em silhueta branca. Ela usa duas muletas, cada uma apoiada sob as axilas. A perna esquerda está pintada de azul do joelho para baixo.

Abafadores de ruído:



Audiodescrição (AD): Dentro de um círculo azul escuro com borda branca, o contorno de um rosto com franja em linha branca. Cobrindo as orelhas, um par de abafadores auriculares tipo concha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de 2015. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm .Acesso em: 04 nov. 2023.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Guia Prático de Acessibilidade Cultural. Brasília DF: MinC, [2025]

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil: www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/perguntas-frequentes-sobre-a-lei-paulo-gustavo/execucao-da-lei-paulo-gustavo/o-que-e-acessibilidade-cultural

Elaboração da Cartilha: ADARTE

DELIBERATO, Débora; GONÇALVES, Maria de Jesus; MACEDO, Elizeu Coutinho (Orgs.). Uso do corpo, do ambiente e de símbolos na comunicação alternativa. Marília: ABPEE, 2017.

IBC (Instituto Benjamin Constant). Materiais didáticos grafotáteis e ampliados. Rio de Janeiro: IBC, 2021. Disponível em: Portal IBC. https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/materiais-especializados-1/livros-em-braille-1/o-sistema-braille-arquivos/grafia-braille-para-a-lingua-portuguesa-pdf.

LUPETINA, R.; WALTER, C. C. DE F. Trajetórias Educacionais de Pessoas com Surdocegueira Adquirida. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/XVwRR6kWKFGR5TcW5fTLJ4H/?lang=pt. Acesso em: 06 fev. 2026.

TEIXEIRA, Ana Carolina Bezerra. A estética da experiência: trajetórias do corpo deficiente na cena da dança contemporânea do brasil e dos estados unidos. 2016. (Tese de doutorado). Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19517. Acesso em: 25 out. 2023.

SARRAF, Viviane Panelli. Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008-142728/publico/reabilitacaomuseu.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr., 2009. Disponível: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 09 out. 2023.

W3C (World Wide Web Consortium). Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1. Massachusetts: W3C, 2018. Disponível em: Acessibilidade.gov.pt.

https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425787

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

https://www.msdmanuals.com/pt/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/defici%C3%AAncia-intelectual

A importância do tato nas formas de comunicação dos surdocegos e na interação com o mundo - Raffaela Lupetina

https://fundacaodorina.org.br/sete-tipos-de-acessibilidade/

OUTRAS LEITURAS PARA APROFUNDAMENTO:
https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/A-acessibilidade-estetica-como-uma-proposta-de-reparacao-historica.pdf











APOIO FINANCEIRO

FGM
Fundação Gregório de Mattos

Secretaria de Cultura e Turismo

SALVADOR
PREFEITURA

REALIZAÇÃO

SNC
Sistema Nacional de Cultura

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

MINISTÉRIO DA **CULTURA**

